PROCESSO ADMINISTRATIVO PMCC/SRP Nº 010/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PMCC/SRP Nº 003/2026
MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE
CONTRATO Nº 09042026-02/2026

CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO – PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Marcos Parente, Nº 1071, Bairro Centro, cidade Cristino Castro - PI, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 06.554.364/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Felipe Ferreira Dias, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.950.113, SSP/PI e CPF nº 044.916.933-23, residente e domiciliado na Rua Raimundo Martins de Araújo, Lote 4 e 5, Q 5, Bairro Cohab, cidade de Cristino Castro – PI, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa TECNOSYSTEM INFORMATICA E COMERCIO LTDA - TECNOSYSTEM INFORMATICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.289.289/0001-85, com estabelecimento na Rua João Falcão, Nº 77, Bairro Centro, cidade de Cristino Castro, estado do Piauí, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu representante legal o senhor JAIRO MIRANDA ARAÚJO brasileiro, casado, empresário,, portador da CI sob o RG nº 2.068.655, expedida pela SSP/PI, e inscrito no CPF nº 904.348.893-34, residente e domiciliado na Rua João Falcão, Nº 77, Bairro Centro, cidade de Cristino Castro, estado do Piauí e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação do processo de PREGÃO ELETRÔNICO PMCC/SRP Nº 010/82026, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede, neste ato, representada pelo(a) seu representante legal o Sr(a)., portador(a) da Cédula de identidade e RG nº – SSP/PI, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada do ramo para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado e refrigeração em geral pertencentes a Prefeitura e suas Secretarias Municipais, conforme descrições no anexo I.

1.2. A forma pela qual deverá ser executado o objeto licitado e as diversas obrigações do licitante e do adjudicatário do objeto desta licitação está registrada no Edital, nas especificações e anexos que, igualmente, integram o dossiê de informações sobre a licitação.

1.3. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimetno/serviço, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com

todos os seus Anexos, que o encorpam, além dos seguintes documentos:

a) PROCESSO ADMINISTRATIVO PMCC/SRP Nº 010/2026
b) EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PMCC/SRP Nº. 003/2026.
c) Proposta da Contratada
d) Seus anexos, especificações, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pelos serviços, objeto deste contrato, a Prefeitura Municipal pagará a CONTRATADA o valor total de R$ 481.370,68 (quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e setenta reais e sessenta e oito centavos) fixo e irreajustável, durante o prazo de vigencia do contrato.

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

LOTE I – COTA PRINCIPAL (75%) – AMPLA CONCORRÊNICA "COTA PRINCIPAL (75%)" – LOTE/ITENS ABERTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS, INCLUSIVE OS QUE SE ENQUADREM NA CONDIÇÃO DE "MPE" E QUE ATUEM NO RAMO DE ATIVIDADE REFERENTE AO OBJETO LICITADO.								
LOTE I - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO PERTENCENTES A PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS MUNICIPAIS								
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.		PREÇO TOTAL	
1	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 7.000 A 12.000 BTUS ATÉ 20 METROS DE TUBULAÇÃO	SERVIÇO	Serviço	96	618,82	seiscentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos	59.406,72	cinquenta e nove mil, quatrocentos e seis reais e setenta e dois centavos
2	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18.000 A 24.000 BTUS ATÉ 20 METROS DE TUBULAÇÃO	SERVIÇO	Serviço	78	772,92	setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos	60.287,76	sessenta mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos
3	MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO 7.000 A 12.000 BTUS INCLUINDO LIMPEZA NAS UNIDADES EVAPORADORAS E CONDENSADORA.	SERVIÇO	Serviço	243	204,44	duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos	49.678,92	quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e

	RECARGA DE GÁS							dois centavos
4	MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18.000 A 24.000 BTUS INCLUINDO LIMPEZA NAS UNIDADES EVAPORADORAS E CONDENSADORA. RECARGA DE GÁS	SERVIÇO	Serviço	144	222,11	duzentos e vinte e dois reais e onze centavos	31.983,84	trinta e um mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos
5	MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS INCLUINDO LIMPEZA NAS UNIDADES EVAPORADORAS E CONDENSADORA. RECARGA DE GÁS	SERVIÇO	Serviço	78	256,05	duzentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos	19.971,90	dezenove mil, novecentos e setenta e um reais e noventa centavos
6	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS (POTÊNCIA: 7.000 a 12.000 BTUS)	SERVIÇO	Serviço	78	304,20	trezentos e quatro reais e vinte centavos	23.727,60	vinte e três mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos
7	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS (POTÊNCIA: 18.000 a 24.000 BTUS)	SERVIÇO	Serviço	48	338,10	trezentos e trinta e oito reais e dez centavos	16.228,80	dezesseis mil, duzentos e vinte e oito reais e oitenta centavos
8	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS (POTÊNCIA: 30.000 BTUS)	SERVIÇO	Serviço	30	388,88	trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos	11.666,40	onze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos
9	SUBSTITUIÇÃO SENSOR DE TEMPERATURA ARES-CONDICIONADOS	SERVIÇO	Serviço	21	120,93	cento e vinte reais e noventa e três centavos	2.539,53	dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos
10	SUBSTITUIÇÃO MOTOR	SERVIÇO	Serviço	9	373,98	trezentos e	3.365,82	três mil,

	VENTILADOR TURBINA AR-CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS					setenta e três reais e noventa e oito centavos		trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos
11	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR TURBINA ARCONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	9	436,05	quatrocentos e trinta e seis reais e cinco centavos	3.924,45	três mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos
12	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR TURBINA AR-CONDICIONADO DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	9	538,21	quinhentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos	4.843,89	quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos
13	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR-CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	21	478,53	quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos	10.049,13	dez mil e quarenta e nove reais e treze centavos
14	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	9	553,39	quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos	4.980,51	quatro mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos
15	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	18	402,27	quatrocentos e dois reais e vinte e sete centavos	7.240,86	sete mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos
16	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	9	480,85	quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos	4.327,65	quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos

17	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	9	602,49	seiscentos e dois reais e quarenta e nove centavos	5.422,41	cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos
18	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR ARCONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	57	83,38	oitenta e três reais e trinta e oito centavos	4.752,66	quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos
19	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR ARCONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	24	90,85	noventa reais e oitenta e cinco centavos	2.180,40	dois mil, cento e oitenta reais e quarenta centavos
20	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR ARCONDICIONADO DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	24	109,07	cento e nove reais e sete centavos	2.617,68	dois mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos
	TOTAL						329.196,93	trezentos e vinte e nove mil, cento e noventa e seis reais e noventa e três centavos

LOTE II – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/COOP

"COTA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/COOP" – ITENS/LOTES DE ATÉ R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) EXCLUSIVO, PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME E EPP), NA FORMA DO ARTIGO 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ARTIGO 6º DO DECRETO Nº 8.538/2015.

LOTE II - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO EM GERAL PERTENCENTES A PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.		PREÇO TOTAL	
1	SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR FREEZER DUAS TAMPAS	SERVIÇO	Serviço	8	798,07	setecentos e noventa e oito reais e sete	6.384,56	seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais

						centavos		e cinquenta e seis centavos
2	SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR FREEZER UMA TAMPA	SERVIÇO	Serviço	8	611,44	seiscentos e onze reais e quarenta e quatro centavos	4.891,52	quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos
3	SUBSTITUIÇÃO COMPRESSOR GELADEIRA DUPLEX	SERVIÇO	Serviço	8	722,97	setecentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos	5.783,76	cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos
4	SUBSTITUIÇÃO COMPRESSOR GELADEIRA SIMPLES	SERVIÇO	Serviço	8	543,84	quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos	4.350,72	quatro mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos
5	SUBSTITUIÇÃO REDE DE DEGELO GELADEIRA DUPLEX	SERVIÇO	Serviço	8	215,97	duzentos e quinze reais e noventa e sete centavos	1.727,76	mil setecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos
6	SUBSTITUIÇÃO DO MOTO-VENTILADOR INTERNO GELADEIRA DUPLEX	SERVIÇO	Serviço	8	295,49	duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos	2.363,92	dois mil, trezentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos
7	SUBSTITUIÇÃO MOTOR-VENTILADOR EXTERNO DE FREEZER	SERVIÇO	Serviço	12	261,87	duzentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos	3.142,44	três mil, cento e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos
8	SUBSTITUIÇÃO SENSOR DE TEMPERATURA FREEZER	SERVIÇO	Serviço	12	196,33	cento e noventa e seis reais e	2.355,96	dois mil, trezentos e cinquenta e

						trinta e três centavos		cinco reais e noventa e seis centavos
9	SUBSTITUIÇÃO SENSOR DE TEMPERATURA GELADEIRA CARGA DE GÁS FREEZER DUAS TAMPAS	SERVIÇO	Serviço	12	186,06	cento e oitenta e seis reais e seis centavos	2.232,72	dois mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos
10	CARGA DE GÁS FREEZER UMA TAMPA	SERVIÇO	Serviço	8	220,90	duzentos e vinte reais e noventa centavos	1.767,20	mil setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos
11	CARGA DE GÁS GELADEIRA DUPLEX	SERVIÇO	Serviço	12	217,56	duzentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos	2.610,72	dois mil, seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos
12	CARGA DE GÁS GELADEIRA SIMPLES	SERVIÇO	Serviço	8	213,53	duzentos e treze reais e cinquenta e três centavos	1.708,24	mil setecentos e oito reais e vinte e quatro centavos
13	SUBSTITUIÇÃO CONJUNTO RELÉ E PROTETOR TÉRMICO FREEZER E GELADEIRA	SERVIÇO	Serviço	24	84,20	oitenta e quatro reais e vinte centavos	2.020,80	dois mil e vinte reais e oitenta centavos
14	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR FREEZER E GELADEIRA	SERVIÇO	Serviço	12	91,76	noventa e um reais e setenta e seis centavos	1.101,12	mil cento e um reais e doze centavos
				TOTAL			42.441,44	quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos

LOTE III - COTA RESERVA (25%) ME/EPP/MEI

"COTA RESERVA (25%) ME/EPP/MEI" – LOTE/ITENS CONSTITUÍDOS POR ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO QUANTITATIVO DO RESPECTIVO OBJETO, ESTÃO ABERTOS PARA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE "MPE", SEM PREJUÍZO DE SUA PARTICIPAÇÃO NOS LOTES DA COTA PRINCIPAL (75%) – AMPLA CONCORRÊNICA.

LOTE III - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO PERTENCENTES A PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.		PREÇO TOTAL	
1	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 7.000 A 12.000 BTUS ATÉ 20 METROS DE TUBULAÇÃO	SERVIÇO	Serviço	32	618,82	seiscentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos	19.802,24	dezenove mil, oitocentos e dois reais e vinte e quatro centavos
2	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18.000 A 24.000 BTUS ATÉ 20 METROS DE TUBULAÇÃO	SERVIÇO	Serviço	26	772,92	setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos	20.095,92	vinte mil e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos
3	MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO 7.000 A 12.000 BTUS INCLUINDO LIMPEZA NAS UNIDADES EVAPORADORAS E CONDENSADORA. RECARGA DE GÁS	SERVIÇO	Serviço	81	204,44	duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos	16.559,64	dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos
4	MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18.000 A 24.000 BTUS INCLUINDO LIMPEZA NAS UNIDADES EVAPORADORAS E CONDENSADORA. RECARGA DE GÁS	SERVIÇO	Serviço	48	222,11	duzentos e vinte e dois reais e onze centavos	10.661,28	dez mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos
5	MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS INCLUINDO LIMPEZA NAS UNIDADES EVAPORADORAS E CONDENSADORA. RECARGA DE GÁS	SERVIÇO	Serviço	26	256,05	duzentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos	6.657,30	seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos
6	SERVIÇO DE RECARGA DE	SERVIÇO	Serviço	26	304,20	trezentos e	7.909,20	sete mil,

	GÁS (POTÊNCIA: 7.000 a 12.000 BTUS)					quatro reais e vinte centavos		novecentos e nove reais e vinte centavos
7	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS (POTÊNCIA: 18.000 a 24.000 BTUS)	SERVIÇO	Serviço	16	338,10	trezentos e trinta e oito reais e dez centavos	5.409,60	cinco mil, quatrocentos e nove reais e sessenta centavos
8	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS (POTÊNCIA: 30.000 BTUS)	SERVIÇO	Serviço	10	388,88	trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos	3.888,80	três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos
9	SUBSTITUIÇÃO SENSOR DE TEMPERATURA ARES-CONDICIONADOS	SERVIÇO	Serviço	7	120,93	cento e vinte reais e noventa e três centavos	846,51	oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos
10	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR TURBINA AR-CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	3	373,98	trezentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos	1.121,94	mil cento e vinte e um reais e noventa e quatro centavos
11	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR TURBINA ARCONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	3	436,05	quatrocentos e trinta e seis reais e cinco centavos	1.308,15	mil trezentos e oito reais e quinze centavos
12	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR TURBINA AR-CONDICIONADO DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	3	538,21	quinhentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos	1.614,63	mil seiscentos e quatorze reais e sessenta e três centavos
13	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR-CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	7	478,53	quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos	3.349,71	três mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos

14	SUBSTITUIÇÃO MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	3	553,39	quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos	1.660,17	mil seiscentos e sessenta reais e dezessete centavos
15	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	6	402,27	quatrocentos e dois reais e vinte e sete centavos	2.413,62	dois mil, quatrocentos e treze reais e sessenta e dois centavos
16	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	3	480,85	quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos	1.442,55	mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos
17	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	3	602,49	seiscentos e dois reais e quarenta e nove centavos	1.807,47	mil oitocentos e sete reais e quarenta e sete centavos
18	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR ARCONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	19	83,38	oitenta e três reais e trinta e oito centavos	1.584,22	mil quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos
19	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR ARCONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	8	90,85	noventa reais e oitenta e cinco centavos	726,80	setecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos
20	SUBSTITUIÇÃO CAPACITOR ARCONDICIONADO DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	Serviço	8	109,07	cento e nove reais e sete centavos	872,56	oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos
TOTAL							109.732,31	cento e nove mil, setecentos e

		trinta e dois reais e trinta e um centavos

2.1.3. Os valores incidirão sobre cada item que compõem o objeto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2.1.4. O pagamento será efetuado em parcelas, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de entrega dos mesmos, acompanhados da nota fiscal/fatura pertinente, mediante cheque, em espécie ou depósito, após verificação, quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

2.1.5. Incluem-se no preço ajustado no presente Contrato, todas as despesas verificadas para os serviços contratado, inclusive transporte; obrigações tributárias, trabalhistas, prêmio de seguro, acidentes do trabalho, parafiscais, infortunísticas, fiscais, e.t.c., e outras necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

2.1.6. Fica facultada a Prefeitura a retenção no pagamento da nota fiscal, de valores correspondentes aos tributos e demais encargos que eventualmente venham a ser apurados pela fiscalização e cobrados dessa empresa.

2.1.7. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e ICMS da Fazenda Estadual do domicílio do contratado.

2.1.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.1.9. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 2.1.4 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

2.1.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

2.1.11. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

2.1.12. Só poderá haver reajuste de acordo com índices oficiais estabelecidos pela legislação vigente na época, e mediante demonstrativo em planilha de custo.

2.1.13. A prefeitura poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, em seu todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) Execução defeituosa dos serviços;
b) Descumprimento das obrigações relacionadas com o serviços contratados;
c) Dolo ou má fé nos serviços;
d) Existência de qualquer débito exigível junto à Prefeitura

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura podendo ser prorrogado por igual período ou inferior mediante aditivo de comum acordo entre

as partes, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.6. Os serviços serão entregues parceladamente, conforme ordem de serviço.

3.7. Ocorrendo qualquer divergência entre os serviços especificado na licitação e o entregue, será exigida a sua imediata substituição com todos os ônus decorrentes da retirada e substituição de inteira responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA QUARTA
DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA
DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa vencedora do certame deverá oferecer garantia da qualidade dos serviços, de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias ou as mesmas condições de garantia previstas pela fábrica, durante a vigência do contrato ou mesmo após o seu término, sendo que a contagem dos dias se iniciará a partir da data de emissão da nota fiscal;

5.2. A garantia será dada pela CONTRATADA e deverá substituir todos os que tiverem em desacordo, por sua conta, e sem ônus para a Prefeitura como também aqueles que se apresentarem defeitos durante o período de validade.

5.3. A licitante responderá solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que tornem os itens objeto deste contrato impróprios ou inadequados a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o Município exigir a substituição das partes viciadas, nos termos da legislação vigente.

5.4. A CONTRATADA deverá substituir todos os que tiverem em desacordo, por sua conta, e sem ônus para a Prefeitura.

5.5. Uma vez identificadas os serviços com irregularidades, será concedido um prazo de até 02 (dois) dias úteis para sua substituição.

CLÁUSULA SEXTA
DOS RECURÇOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada: FPM e/ou Recursos Próprios, ICMS, FEP, FUNDEB, QSE, FMS, FUS, SAMU, PAB, PPI/ECD, FMAS, SCFV, IGD, Cofinanciamento do Estado, Dotação Orçamentária 020100 – GABINETE DO PREFEITO - 04.122.0005.2041.0000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 020401 - EDUCAÇÃO - OUTROS PROGRAMAS - 12.361.0030.2202.0000 - Coordenação geral da Sec. de Educação, Cultura, Desporto e Lazer - 12.365.0035.2260.0000 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil, 12.361.0032.2246.0000 - Ações do Programa Salário Educação-QSE, 12.361.0030.2203.0000 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 30% FUNDEB, 020402 - FUNDEB, 12.361.0030.2203.0000 - Manut. e desenv.do ensino fundamental-30% FUNDEB, 12.365.0035.2263.0000 - Manut. e Desenvolvimento do Ensino Pre-Escolar-30% FUNDEB, 12.365.0035.2267.0000 - Manutenção do Ensino Infantil-Creche-30% FUNDEB, 020200 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 04.122.0005.2040.0000 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral, 020601 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 08.244.0016.2125.0000 - Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social, 08.243.0015.2156.0000 - Manutenção das Ações Programa Criança Feliz, 08.244.0016.2154.0000 – Assistência Social – outros Programas, 08.244.0016.2150.0000 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social, 020602 - ASSISTÊNCIA - OUTROS PROGRAMAS, 08.244.0016.2150.0000 - Manutenção da Secr. Mun. de Assistência Social, 020701 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.301.0020.2160.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, 10.301.0020.2161.0000 – Manutenção das Ações da Atenção Básica, 10.301.0020.2173.0000 - Manutenção das Ações do Cofinanciamento, 10.302.0020.2171.0000 – Manutenção das Ações do SAMU, 020703 – HOSPITAL LOURIVAL DE ABREU VASCONCELOS - 10.302.0027.1197.0000 – Manutenção das Atividades Ambulatoriais e hospitalares, 020900 – SECRET. MUN. DE CULTURA E ESPORTE - 13.392.0038.2290.0000 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades Culturais, 020300 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA - 20.605.0055.2500.0000 - Manutenção da Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente, Atividade 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços nos prazos estabelecidos pela Prefeitura.

7.2. Executar perfeitamente os serviços, através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar, a Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros durante a execução dos serviços;

7.3. A Contratada assume total responsabilidade por qualquer danos ou faltas que venham a cometer seus empregados, prepostos ou mandatários seus, no desempenho de suas funções, podendo a Prefeitura exigir a retirada daquele cuja conduta seja julgada inconveniente;

7.4. Executar os serviços através de profissionais capacitados, habilitados, possuidores de qualidades do tipo gentileza, cautela, atenção, educação e prudência no trânsito;

7.5. Os serviços deverão ser feito sempre que autorizados pelo prefeito ou pôr pessoas credenciadas indicadas pela Prefeitura, as quais terão seus nomes comunicados por escrito.

7.6. Informar a Prefeitura imediatamente, por escrito, quaisquer anormalidade que sejam verificadas quando da execução dos serviços;

7.7. Coordenar e supervisionar os serviços, cumprindo rigorosamente, os prazos fixados no edital e no contrato, cujo controle será exercido pela prefeitura e pela Contratada

7.8. Prestar esclarecimento que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

7.9. Diligenciar para que seus empregados, mandatários ou prepostos, tratem com urbanidade e cortesia o pessoal da Prefeitura;

7.10. Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho de suas funções;

7.11. Assumir o compromisso de responder perante a Prefeitura, mesmo no caso de ausência ou omissão de fiscalização, indenizando-a, devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses que possam interferir na execução do contrato, que sejam praticados por empregados, prepostos subempreteiros ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a contratada adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das exigências das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

7.12. Indenizar todos os custos e despesas financeiras que por ventura venham a ser suportados pela Prefeitura, por força de sentença judicial que reconheça a existência de vinculo trabalhista entre Prefeitura e os empregados da Contratada;

7.13. Ter como de sua inteira responsabilidade todos os impostos, taxas, seguros e multas decorrentes da contratação;

7.14. Respeitar e fazer cumprir as normas de Trânsito (regulamentos) e de medicina do

trabalho previstas na legislação pertinente, ter como de sua inteira responsabilidade quaisquer acidente que passam ser vítimas seus empregados;

7.15. Responsabilizar–se totalmente por todos os encargos e ônus da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como os seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição empregadora, cuja comprovação de cumprimento poderá ser exigida pela Prefeitura sempre que lhe parece necessário;

7.16. Responder integralmente pelo procedimento doloso ou culposo dos seus empregados ou prepostos seus que importe em prejuízo à prefeitura e/ou a terceiros, como ainda pelos excessos ou omissões dos mesmos quando em serviços para a Prefeitura;

7.17. Assumir inteira e total responsabilidade da hipótese de não serem executados os serviços contratados, bem como por ventura, atrasos, prejuízos perdas e danos de qualquer natureza, exceto quando decorrente de quaisquer fenômeno da natureza, ou aqueles considerados por lei como excludente de responsabilidade civil e, consequentemente, suficientes para impedir o fiel cumprimento do contrato;

7.18. Utilizar somente empregados seus, assumindo total responsabilidade pela supervisão e coordenação de todos os encargos administrativos, tais como controle de frequência, ausências permitidas, licença autorizada, férias, promoção, admissão, transferência, punição, demissão dentre outros;

7.19. Substituir os empregados nos casos de faltas, ausência legal ou férias, de modo a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços, bem como aqueles cuja conduta seja considerada inconveniente pela Prefeitura;

7.20. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

7.21. Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela Contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Prefeitura Municipal;

7.22. Responder e indenizar à Prefeitura por eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados;

7.23. A contratada autoriza a Prefeitura a descontar o valor correspondente aos referidos danos, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe foram devidos, ou ainda diretamente, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

7.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.25. Contratada comprometer-se-á dar total garantia quanto a qualidade dos serviços fornecidos.

7.26. A Contratada, caso tenha sua empresa fora do município, Comprometer-se-á manter meios para atender as necessidades da Prefeitura, cumprindo fielmente o objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA
DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

8.1. Indicar o local onde serão entregues os serviços listados no Anexo

8.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas do contrato a ser celebrado;

8.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução dos serviços contratados;

8.4. Realizar o pagamento dos valores acordados, conforme disposto no contrato a ser celebrado.

8.5. Oferecer condições físicas e estruturais necessárias à CONTRATADA para realização dos serviços contratados, disponibilizando todas as informações necessárias à consecução dos objetivos de que trata este Termo de Referência;

8.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer alteração na administração ou do endereço de cobrança, bem como quaisquer ocorrências de eventos que possam prejudicar a qualidade dos serviços contratados.

8.7. Verificar a regularidade das condições de habilitação da CONTRATADA;

8.8. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços.

8.9. Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;

8.10. Orientar a Contratada quanto à forma correta de apresentação das Notas Fiscais.

8.11. Notificar a Contratada, através da Secretaria Municipal de Administração, fixando-lhes prazos para substituição dos serviços fornecidos com irregularidades.

8.12. Notificar a Contratada, por escrito, de todas as penalidades, multas, suspensão dos serviços ou sustação de pagamentos, todas as vezes que forem comprovadas, pela Prefeitura Municipal, quaisquer inobservâncias das exigências deste Termo de Referência.

8.13. Prestar à Contratada, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas na contratação.

8.14. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações contratuais dentro das normas e condições deste procedimento licitatório;

8.15. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

8.16. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas no forncecimento, para imediata substituição;

8.17. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

8.18. Designar o responsável pela fiscalização do Contrato.

CLÁUSULA NONA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

9.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021);

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021);

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez dias) dias;

9.2.4.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

9.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 9.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

9.2.4.5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 9.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

9.2.4.6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 9.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

9.2.4.7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 9.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

9.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

9.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas

cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

9.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021)

9.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

9.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.2.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021):

9.2.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.2.11.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.2.11.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.2.11.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

9.2.11.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.2.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

9.2.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

9.2.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.2.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto.

10.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.9.3. Indenizações e multas.

10.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS MODIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, conforme disposto no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.3. O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, em conformidade com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.4. Do reajustamento: Só haverá reajustamento nos valores constantes do presente contrato, caso o presente valor se torne comprovadamente inexequível, mediante provas a serem apresentadas pelas partes, devidamente justificadas, aceitas e fundamentadas nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.5. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

12.2. Constituem motivos de rescisão deste contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

12.2.1. O descumprimento total ou parcial, pela contratada, de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas neste contrato.

12.2.2. A transferência total ou parcial do contrato, sem prévio consentimento da prefeitura.

12.2.3. O cometimento reiterado de atraso dos serviços.

12.2.4. A decretação de falência ou insolvência civil da contratada.

12.2.5. A dissolução da sociedade.

12.2.6. A alteração societária, do objeto social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Prefeitura, prejudique a execução do contrato.

12.2.7. O atraso injustificado nos serviços e sem prévia comunicação à Prefeitura.

12.2.8. A lentidão no seu cumprimento, levando a Prefeitura a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços;

12.2.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Prefeitura e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato.

12.2.10. A supressão, por parte da Administração dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

12.2.11. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurada a contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

12.2.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

12.2.13. Outras causas relacionadas neste contrato, que indiquem conduta desabonadora da contratada.

12.2.14. O conhecimento posterior de qualquer fato ou de circunstância superveniente que desabone ou que afete a idoneidade ou a capacidade técnica ou financeira da empresa participante, implicará necessariamente na rescisão contratual, se o contrato já tiver sido assinado ou tiver sido emitido.

12.2.15. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO RECEBIMENTO

13.1. O Recebimento definitivo se dará após a verificação do atendimento de todas as exigências, assim como da validade dos mesmos.

13.2. Os serviços desta licitação deverão ser entregues ou prestados no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da solicitação feita pelo Gestor do Contrato, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

13.3. Os serviços serão fornecidos parceladamente, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas pelo Setor competente e assinadas pelo responsável.

13.4. O recebimento dos serviços será efetuado pela Comissão de Recebimento ou por servidor responsável, que poderão solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido no item 13.1, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

13.6. A entrega deverá ser feita na sede da Prefeitura, localizado na Avenida Marcos Parente, Nº 1071, Bairro Centro, Cristino Castro – PI, 07:30hs às 13:00hs, em dias úteis, por se tratar de repartição pública. Após esse horário, o responsável pela unidade recebedora deverá ser consultado para autorizar o recebimento ou não.

13.7. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no endereço e/ou local fornecido pela contratante, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes e/ou substituições

indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização e recebimento.

13.8. O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade de avaliação das atividades, no local e endereço indicados no subitem anterior, para verificação da conformidade do objeto com as condições e exigências do edital, conforme artigo 140 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

13.9. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

13.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

13.10.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

13.10.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

13.11. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

13.11.1.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13.12. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não reste prejuízos para a Administração.

13.13. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

13.14. Relativamente ao disposto na presente cláusula aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ECT.

14.1. Correrão por conta exclusiva da Contratada todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação e todas as demais despesas que se façam necessárias ao perfeito fornecimento dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA PREFEITURA

15.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. O objeto oriundo desta licitação, quando eventualmente adquirido será

fiscalizado por servidor (fiscal) lotado na Prefeitura, que fiscalizará a entrega do objeto, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições do instrumento contratual, determinando quando necessário, a regularização de falhas observadas, cabendo ao referido servidor o "ATESTO" das respectivas Notas Fiscais, conforme prevê a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

16.2. Compete ao Fiscal do Contrato a cargo do CONTRATANTE:

16.2.1. Planejar, coordenar e controlar a execução do Contrato, bem como acompanhar o cumprimento dos prazos, as obrigações da CONTRATADA e as metas estabelecidas.

16.2.2. As quantidades dos serviços que eventualmente vierem a ser adquiridos serão definidas no respectivo Contrato ou instrumento equivalente.

16.3. Os serviços a ser eventualmente adquirido será aferido pelo Fiscal, que se resguarda o direito de recusar o que estiver em desacordo com este Termo de Referência.

16.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa de quaisquer de seus empregados ou prepostos, relacionados à execução do objeto contratado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

16.5. Caberá ao(a) servidor(a) indicado (fiscal) rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer Serviço que não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Termo de Referência bem como determinar prazo para substituição do Serviço eventualmente fora de especificação.

16.6. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

17.2. Serão de exclusiva responsabilidade da adjudicatária todas as despesas necessárias à contratação inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

17.3. É vedado à contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRANTANTE.

17.4. Os casos omissos deste Contrato serão resolvidos de acordo com os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO FORO

18.1. Para diminuir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção judiciária da Comarca de Cristino Castro, Estado do Piauí.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas.

Cristino Castro – PI, 09 de abril de 2026.

FELIPE FERREIRA DIAS:04491693323

Assinado de forma digital por FELIPE FERREIRA DIAS:04491693323
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=presencial, ou=11717421000154, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARLIDERSIS, ou=RFB e-CPF A1, cn=FELIPE FERREIRA DIAS:04491693323

MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO
CNPJ: 06.554.364/0001-08
Felipe Ferreira Dias
CPF: 044.916.933-23
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br
JAIRO MIRANDA ARAUJO
Data: 09/04/2026 17:55:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TECNOSYSTEM INFORMATICA E COMERCIO LTDA
TECNOSYSTEM INFORMATICA
CNPJ: 09.289.289/0001-85
JAIRO MIRANDA ARAÚJO
CPF: 904.348.893-34
CONTRATADA

Testemunhas:

1ª _____
CPF:

2ª _____
CPF:

EXTRATO CONTRATO Nº 09042026-02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP/PMCC Nº. 003/2026.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada do ramo para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado e refrigeração em geral pertencentes a Prefeitura e suas Secretarias Municipais.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINO CASTRO - PI.
CONTRATADO(A): TECNOSYSTEM INFORMATICA E COMERCIO LTDA – TECNOSYSTEM INFORMATICA, CNPJ: 09.289.289/0001-85.
VALOR: R$ 481.370,68 (quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e setenta reais e sessenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
FONTE DE RECURSO: FPM e/ou Recursos Próprios, ICMS, FEP, FUNDEB, QSE, FMS, FUS, SAMU, PAB, PPI/ECD, FMAS, SCFV, IGD, Cofinanciamento do Estado, Dotação Orçamentária 020100 – GABINETE DO PREFEITO - 04.122.0005.2041.0000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 020401 - EDUCAÇÃO - OUTROS PROGRAMAS - 12.361.0030.2202.0000 - Coordenação geral da Sec. de Educação, Cultura, Desporto e Lazer - 12.365.0035.2260.0000 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil, 12.361.0032.2246.0000 - Ações do Programa Salário Educação-QSE, 12.361.0030.2203.0000 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 30% FUNDEB, 020402 - FUNDEB, 12.361.0030.2203.0000 - Manut. e desenv.do ensino fundamental-30% FUNDEB, 12.365.0035.2263.0000 - Manut. e Desenvolvimento do Ensino Pre-Escolar-30% FUNDEB, 12.365.0035.2267.0000 - Manutenção do Ensino Infantil-Creche-30% FUNDEB, 020200 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 04.122.0005.2040.0000 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral, 020601 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 08.244.0016.2125.0000 - Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social, 08.243.0015.2156.0000 - Manutenção das Ações Programa Criança Feliz, 08.244.0016.2154.0000 – Assistência Social – outros Programas, 08.244.0016.2150.0000 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social, 020602 - ASSISTÊNCIA - OUTROS PROGRAMAS, 08.244.0016.2150.0000 - Manutenção da Secr. Mun. de Assistência Social, 020701 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.301.0020.2160.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, 10.301.0020.2161.0000 – Manutenção das Ações da Atenção Básica, 10.301.0020.2173.0000 - Manutenção das Ações do Cofinanciamento, 10.302.0020.2171.0000 – Manutenção das Ações do SAMU, 020703 – HOSPITAL LOURIVAL DE ABREU VASCONCELOS - 10.302.0027.1197.0000 – Manutenção das Atividades Ambulatoriais e hospitalares, 020900 – SECRET. MUN. DE CULTURA E ESPORTE - 13.392.0038.2290.0000 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades Culturais, 020300 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA - 20.605.0055.2500.0000 - Manutenção da Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente, Atividade 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
ASSINATURA: Felipe Ferreira Dias pela Contratante, Jairo Miranda Araújo pela Contratada.
DATA DA ASSINATURA: 09 de abril de 2026.

FELIPE FERREIRA DIAS:04491693323

Assinado de forma digital por FELIPE FERREIRA DIAS:04491693323
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=presencial, ou=11717421000154, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARJIDERSIS, ou=RFB e-CPF A1, cn=FELIPE FERREIRA DIAS:04491693323

Felipe Ferreira Dias
Prefeito Municipal